



Waldemir Barreto/Agência Senado



Collor critica Janot: operação foi feita com "intuito mesquinho"

## Mesa do Senado repudia ação da Polícia Federal

A Mesa do Senado reagiu aos mandados de busca realizados ontem na casa dos senadores Fernando Collor, Ciro Nogueira e Fernando Bezerra Coelho. Segundo a Mesa, o que houve foi uma "violência contra as garantias constitucionais". Em discurso, Collor disse que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, extrapolou todos os limites. **5**

## Barbosa e Adams dizem que "pedaladas" não contrariam lei

O ministro do Planejamento e o advogado-geral da União afirmaram, em audiência, que o governo não descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal ao

usar dinheiro de bancos públicos para pagar benefícios como o Bolsa Família. Medidas fiscais, disseram, já foram adotadas antes, sem questionamentos. **4**

Pedro Franco/Agência Senado



Luís Inácio Adams e Nelson Barbosa negam empréstimos de bancos oficiais



Moneira Maniz/Agência Senado

Renan Calheiros preside a sessão em que os senadores aprovaram o endurecimento das medidas socioeducativas

# Internação de menor pode subir de 3 para 10 anos

Senado aprovou mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente para criar regime especial no caso de delito equivalente a crime hediondo. Texto segue para a Câmara

Com 43 votos a favor e 13 contrários, o Plenário aprovou ontem projeto que amplia para 26 anos a idade máxima de internação em regime especial de atendimento socioeducativo para jovem que cometer crime grave. O texto também aumenta para até oito anos de reclusão a pena prevista para quem praticar crimes na companhia de menor ou o induzir ao crime.

Apesar de ter sido bastante discutido em comissões e em reuniões de líderes, a proposta provocou polêmica até o último instante. Antes da aprovação, foi rejeitado por 35 votos a 32 um requerimento para que o assunto continuasse sendo discutido em uma comissão especial. O texto que segue para a Câmara é um substitutivo do senador José Pimentel a projeto apresentado por José Serra. **3**

Reforma política tem 13 textos na pauta do Plenário hoje **11**

Indústria de equipamentos de TV digital ganha isenção fiscal **3**

Especialistas pedem lei para Política Nacional de Inteligência **6**

Romário é eleito presidente da CPI da CBF; Jucá fica com a relatoria **10**

## Jovem de baixa renda é foco de programa

Objetivo do Programa Jovem Aprendiz, criado em 2014, é contribuir para a formação profissional do adolescente de baixa renda. Para a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, é importante que o Senado seja um exemplo no momento em

que o Brasil discute a redução da maioria penal e a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente o programa conta com 98 participantes, distribuídos em diversos setores, como Biblioteca, Gráfica e gabinetes. **2**

## Projetos do pacto federativo entram na ordem do dia

Cinco projetos aprovados na Comissão do Pacto Federativo ganharam regime de urgência em Plenário. Não foi incluído o "pacote" de reforma do ICMS apresentado pelo ministro da Fazenda,

Joaquim Levy, em reunião com líderes partidários do Senado. Os projetos, que não obtiveram acordo, preveem mudança de alíquotas e partilha do valor arrecadado entre os estados. **7**

Joaquim Levy, ministro da Fazenda, defendeu urgência para aprovação de mudanças no ICMS

Crime sexual pela internet terá repressão facilitada **3**

CPI do Carf decide convocar presidente do HSBC no Brasil **10**

Terceirização na saúde é rejeitada por profissionais da área **8**

Sem tecnologia, país põe em risco soberania nacional **9**

Marcos Oliveira/Agência Senado





Diretores e servidores da Casa recebem, em solenidade ocorrida em fevereiro, a primeira turma de jovens aprendizes

# Iniciativa do Senado acolhe jovens aprendizes

Criado em 2014, o Programa Jovem Aprendiz contribui para a formação profissional de adolescentes de baixa renda e conta atualmente com 98 participantes, distribuídos por diversos setores da Casa



CRIADO NO SENADO em 2014, o Programa Jovem Aprendiz contribui para a formação profissional de adolescentes de baixa renda. Hoje, conta com a participação de 98 aprendizes. Na última turma, lançada em junho deste ano, 38 jovens passaram a atuar com o quadro de funcionários da Casa. Os outros 60 adolescentes, divididos em duas turmas, iniciaram as atividades em fevereiro e maio. A expectativa é de que o projeto ofereça treinamento para 200 participantes.

Segundo a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, é muito importante que o Senado seja um exemplo no momento em que o Brasil debate a redução da maioria penal e a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente. — Por um mesmo programa, a gente possibilita a inserção no mundo do trabalho com o aprendizado de práticas vinculadas à área administrativa, arquivologia, à biblioteconomia, às áreas gráficas e, ao mesmo tempo, uma formação continuada — afirmou a diretora, destacando que os jovens são recebidos pela Casa sob a perspectiva de aprendizado, e não de força de trabalho.

O foco do projeto não é contratação da mão de obra,

mas formação de adolescentes que chegam ao Senado para estabelecer diversas formas de contato com o trabalho.

— São aprendizados de questões como ter responsabilidade com horário, disciplina e relações sociais. Além disso, temos uma gama de carreiras pelas quais eles podem se interessar — ressaltou o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Rodrigo Brum. O diretor destaca ainda que o programa está ligado a propósito da Carta de Compromissos da Casa em relação à comunidade.

Para participar, o jovem precisa cumprir requisitos, como ter entre 14 anos e 17 anos e 11 meses de idade; ser mora-

dor do Distrito Federal; estar matriculado, pelo menos, no 8º ano do ensino fundamental em escolas da rede pública; e pertencer a família com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Após a seleção, são distribuídos em setores da Casa, como a Biblioteca, a Gráfica, o Arquivo, secretarias e gabinetes.

Antes de assumir os postos de trabalho, os participantes são submetidos a treinamento de um mês ministrado pelo Centro Salesiano do Menor do Distrito Federal, entidade parceira do Senado, onde recebem noções de administração, de informática e de arquivologia, entre outros temas.

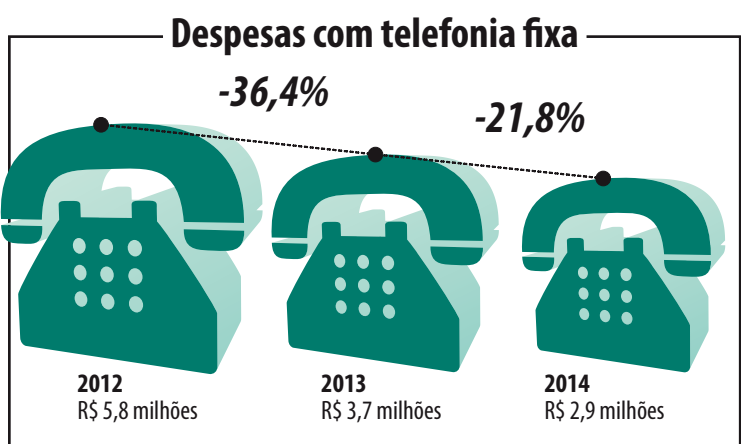
## O programa em detalhes

Requisitos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter entre 14 anos e 17 anos</li> <li>Morar no Distrito Federal</li> <li>Estar cursando no mínimo o 8º ano do ensino fundamental em escolas da rede pública</li> <li>Ter renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo</li> </ul>
Vencimentos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Contrato de 24 meses com registro em carteira</li> <li>Remuneração de um salário mínimo</li> <li>Vale-transporte e vale-refeição</li> <li>Fundo de Garantia (FGTS) e contribuição ao INSS</li> <li>13º salário e outros benefícios</li> </ul>
Atividades
<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamento nas áreas de administração informática e arquivologia</li> <li>Jornada de trabalho de quatro horas por dia</li> <li>Acompanhamento por tutores</li> </ul>

## Casa corta gastos com telefone à metade

As despesas do Senado com telefonia fixa foram reduzidas à metade nos últimos dois anos. O número é resultado de medidas tomadas em 2013 pela Mesa para garantir eficiência aos gastos da Casa. Naquele ano, foi feita uma nova licitação para o serviço de ligações de telefone fixo para celular e foi cortado o número de ramais liberados para chamadas de longa distância e para celulares. Com isso, a economia em 2013, em relação a 2012, atingiu R\$ 809.799,96 (36,4%). Em 2014, houve uma

nova redução, de 21,8%, mesmo com reajustes contratuais. Nesses dois anos, a economia chegou a R\$ 2.938.459,37, o que representa uma redução superior a 50%.



## Para Lindbergh, fala do papa na Bolívia é histórica

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou o discurso do papa Francisco aos movimentos populares reunidos na Bolívia na semana passada. Para o senador, o discurso é histórico, pois critica a opressão pelos poderosos e a desigualdade social e defende a luta pela terra, pelo trabalho e pelo teto. — É um discurso histórico. Creio que ele vai ser lido muitas e muitas vezes no Senado, na Câmara, em sindicatos e em associações. Nessa viagem, o papa levou uma palavra de indignação com as injustiças sociais e de esperança na organização e criatividade dos mais pobres — disse.



Moreira Nogueira/Agência Senado

## Vicentinho diz que Porto Nacional é “capital intelectual”

Vicentinho Alves (PR-TO) homenageou Porto Nacional (TO), que completou 154 anos no fim de semana. O município, onde o senador nasceu e foi prefeito de 1989 a 1992, é o quarto maior do estado.

— Uma cidade marcada pelo seu destino de grandeza. Porto Nacional participou ativamente da grande luta libertária pela criação do estado — disse.

O senador frisou que a cidade tem se destacado na geração de empregos e recebido instalações de grandes empresas, como Petrobras e Granol, e fez referência a Porto Nacional como “capital intelectual” do Norte.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Ministro Edinho Araújo**  
8h30 Audiência pública com o ministro-chefe da Secretaria de Portos para discutir o Programa de Concessão de Portos.
- CAS Descanso de empregados**  
9h Audiência para debater projeto que permite a redução do intervalo de descanso e alimentação do empregado.
- CCT Telefonia móvel**  
9h Audiência sobre a má qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil.
- CDH Educação**  
9h Audiência sobre valorização da educação e dos trabalhadores da área.
- CCJ Sabatinas**  
10h Sabatina do juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias e do procurador de Justiça de São Paulo Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, indicados para o CNJ. Após, o colegiado delibera pauta com 12 itens.
- MERCOSUL Orçamento do Parlasul**  
10h O Parlamento do Mercosul reúne a Comissão de Orçamento e Assuntos Internos para discussão da proposta orçamentária e de aportes para 2016.
- PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso**  
10h30 Renan Calheiros vai à posse do Conselho de Comunicação Social do Congresso; às 11h, assiste à apresentação das mídias digitais do PMDB, na Fundação Ulysses Guimarães; depois, preside sessão do Congresso; às 12h, recebe o senador Romário e o deputado estadual Beбето; às 15h30, o prefeito de Maceió, Rui Palmeira; às 16h, preside a ordem do dia.
- COMUNICAÇÃO SOCIAL Posse**  
10h30 Posse e eleição da Mesa do Conselho de Comunicação Social do Congresso no Salão Nobre do Senado.
- SENADO DO FUTURO Eleição**  
11h Comissão Senado do Futuro elege o vice-presidente, examina o plano de trabalho e requerimentos para a realização de eventos no biênio 2015–2016.
- CONGRESSO Vetos**  
11h Na pauta, entre outros itens, análise dos Vetos 5 a 16 de 2015.
- CMO Diretrizes orçamentárias**  
13h Comissão Mista de Orçamento faz reunião do colegiado de líderes; às 14h, analisa o PLDO 2016 em reunião deliberativa extraordinária; e às 18h e às 20h, realiza outras sessões extraordinárias.
- CE Permanência Universitária**  
14h Na pauta de 11 itens, o PLS 214/2010, que institui o Programa de Permanência Universitária, e o PLS 531/2011, que exige a comprovação de contratação de seguro para atletas e treinadores de futebol.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Análise, em regime de urgência, do PLS 199/2015, sobre criação, fusão e desmembramento de municípios.
- CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Instalação**  
15h A Comissão Mista de Consolidação das Leis instala o colegiado.
- MERCOSUL Reunião da Mesa**  
15h O Parlamento do Mercosul tem reunião da Mesa Diretora, com a presença dos presidentes das representações nacionais e vice-presidentes.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211  
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Senado agrava pena para menores infratores

Substitutivo passa de três para dez anos prazo máximo de internação em regime especial de atendimento socioeducativo para jovem que cometer crime hediondo

O PLENÁRIO APROVOU na noite de ontem o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), que cria regime especial de atendimento socioeducativo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para menores que praticarem, mediante violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990). Foram 43 votos a favor e 13 contrários à proposta, que agora segue para a Câmara.

O substitutivo do senador José Pimentel (PT-CE) estabelece que o regime especial deverá alcançar jovens na faixa dos 18 aos 26 anos que estiveram envolvidos, quando menores, em crimes graves. Nesses casos, o período de internação poderá durar até dez anos e ser cumprido em estabelecimento específico ou em ala especial, assegura-

rada a separação dos demais internos.

— O projeto é fruto de uma grande articulação envolvendo todo o Senado. Também foram ouvidos 17 governadores — disse Pimentel, que acolheu parcialmente 13 emendas apresentadas no Plenário.

José Serra afirmou que a motivação para o projeto veio da sua experiência como governador de São Paulo (2007–2010). Segundo ele, o número de crimes hediondos cometidos por adolescentes tem aumentado nos últimos anos e exige uma resposta do Legislativo. Ele acrescentou que o atendimento ao menor infrator precisa ser feito em duas frentes: política social e medidas de segurança.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou a matéria como “importante” e fruto de “debate intenso” na Casa. Ele lembrou que o tema



Projeto causou polêmica durante votação em Plenário, mas acabou sendo aprovado por 43 votos a favor e 13 contra

foi discutido em várias comissões e em reuniões de líderes.

— A profícua discussão no Senado construiu um importante caminho no ECA, que possibilita o debate sobre a violência no país — declarou Renan, acrescentando que nunca defendeu a redução da maioria penal.

O projeto levantou polêmica no Plenário. Diante das opiniões divergentes, Renan Calheiros pediu objetividade aos senadores e submeteu à votação requerimento do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para criação de uma comissão especial sobre o tema. O requerimento, no entanto, foi rejeitado por diferença de apenas três votos: 32 a favor e 35 contrários.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) lembrou que, como manda o ECA, os juízes não fixam o prazo da internação socioeducativa de menores, que pode durar no máximo três anos. Em geral, a internação é interrompida antes, pois o caso é revisto semestralmente. Aloysio Nunes foi favorável à proposta de Serra.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os governadores que defendem a redução da maioria penal não cumprem o ECA. Ela chegou a apresentar emenda prevendo

o escalonamento do tempo de internação, com base na idade do menor, que foi rejeitada pelo relator. O senador Magno Malta (PR-ES) disse que, ao juntar-se à proposta de Serra, o governo manobra para “não haver redução nenhuma” na maioria penal. Malta disse apoiar a responsabilização penal de menores de 18 anos.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu mais calma para discutir o assunto e admitiu uma “sensação de impotência” diante do projeto. Para ele, o discurso de criminalização de menores atinge “a juventude pobre e negra” do país. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o Senado precisa dar resposta às demandas da sociedade. Reconheceu que o tema é complexo e apontou que a “sabedoria está no meio”.

— Esse projeto é uma resposta à sociedade e uma medida de proteção a nossas crianças e adolescentes — afirmou Gleisi.

## Pena maior para quem incitar jovem a crime

De acordo com o projeto, o menor infrator cumprirá até dez anos de internação em regime especial de atendimento socioeducativo, desde que tenha praticado crime hediondo. Atualmente, o prazo máximo é de três anos.

O projeto inclui o defensor público do adolescente em todas as fases de apuração do ato infracional. Assegura ainda prioridade na tramitação de inquéritos policiais e ações penais, bem como

na execução de quaisquer atos e diligências policiais e judiciais em que criança ou adolescente for vítima de homicídio.

O substitutivo aumenta a pena prevista no Código Penal para quem comete crimes acompanhados de menor de 18 anos ou o induz à prática. A pena vai variar de três a oito anos de reclusão, podendo até ser dobrada em caso de crime hediondo.

O substitutivo altera ainda

a Lei de Drogas ao prever a aplicação de pena em dobro quando a prática de crimes envolver criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída a capacidade de entendimento.

Também prevê a possibilidade de construir prédios para internação em regime especial de atendimento socioeducativo pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

## Plenário amplia isenções para equipamentos da TV digital

O Plenário aprovou ontem o caráter permanente dos benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos (PLC 21/2015). O benefício, previsto no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, terminou em 31 de maio.

O projeto estende ainda os benefícios à fabricação de cartões inteligentes, displays para smartphones e tablets e também para as matérias-primas usadas na fabricação de outros componentes desses aparelhos. O texto segue para sanção presidencial.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Walter Pinheiro (PT-BA), lembrou que em 2014 a exportação de produtos de alta intensidade tecnológica foi responsável por apenas 7% do total exportado pelos setores industriais. Para ele,

a situação pede uma atuação de médio e longo prazos do Estado para incentivar o desenvolvimento do setor.

O projeto dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores e também trata da proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados. O texto reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep, da Cofins, do PIS-Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na compra de aparelhos, instrumentos e equipamentos usados na fabricação desses dispositivos.

Quanto à isenção tributária concedida pela lei na venda dos produtos finais fabricados, o texto inclui os serviços associados a eles e revoga restrições para o alcance da isenção de PIS-Pasep, Cofins e IPI.

## Mais repressão a crimes sexuais na internet

O Senado também aprovou ontem projeto que pode facilitar as ações de repressão a crimes sexuais contra crianças e adolescentes praticados pela internet. O PLS 494/2008, de iniciativa da CPI da Pedofilia, disciplina a preservação de dados de usuários da internet e a transferência de informações aos órgãos de investigação policial. Um requerimento pedindo o reexame do projeto pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) chegou a ser apresentado, mas foi rejeitado pelo Plenário. O texto segue para a Câmara.

O projeto estabelece que provedores de internet e empresas de telecomunicações no Brasil devem manter dados cadastrais e de conexão dos usuários por pelo menos três anos. Já os fornecedores de serviço de conteúdo ou interativo, como operadoras de redes sociais, ficam obrigados a armazenar os dados

por seis meses. Pelo projeto, o Ministério Público e a polícia poderão pedir a preservação dos dados, independentemente de autorização judicial — que será exigida apenas para a transferência dos dados à autoridade que os solicitou.

Segundo Magno Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia e relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), havia demora no fornecimento dos dados às autoridades policiais e judiciárias. Na CCJ, ele afirmou que as empresas de telefonia levavam até oito meses para dar resposta a uma solicitação.

Durante a CPI, os parlamentares constataram a necessidade de incluir na lei formas de assegurar o armazenamento e o acesso rápido a informações sobre os criminosos. Assim, o projeto também tornou obrigatória a exigência de dados mínimos de identificação de todo

destinatário de um endereço de internet protocol (IP) e determinou prazos para resposta a requerimentos de investigação criminal.

A proposta também exige maior participação das empresas de internet no combate à pedofilia. Elas deverão entrar em contato com a polícia e com o Ministério Público assim que tomarem conhecimento da prática de crime sexual contra criança e adolescente pela internet, preservando as evidências por até 180 dias. A providência já havia sido prevista em termo de cooperação celebrado, na CPI, entre o Ministério Público Federal, as empresas de telecomunicações e os provedores de acesso à internet.

Caso fique provado o descumprimento da lei por empresas, o Ministério Público pode propor termos de ajustamento de conduta, multa ou suspensão das atividades.

# Barbosa e Adams negam empréstimo de bancos oficiais ao governo federal

Ministro do Planejamento e advogado-geral da União disseram que manobra em que bancos públicos pagaram com verba própria benefícios como Bolsa Família e seguro-desemprego não infringe Lei de Responsabilidade Fiscal e que já ocorre, pelo menos, desde 2000

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, apresentaram como contratos de prestação de serviços, e não como operações de crédito, os adiantamentos feitos por bancos oficiais para manutenção de programas como Bolsa Família, seguro-desemprego e abono salarial, em 2014. A ação configuraria empréstimo das instituições a seu controlador (no caso, a União), o que é vedado por lei.

Chamadas de “pedaladas fiscais”, as práticas levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a abrir prazo de 30 dias para o envio de explicações pela presidente Dilma Rousseff sobre os indícios de irregularidades. A data-limite é dia 22.

Adams explicou que a União adianta recursos para a Caixa, mas o valor pago pode variar a cada mês, devido a desempenho da economia, comportamento do mercado de trabalho ou ocorrência de calamidades (no caso do seguro-desemprego). Para lidar com as variações, o contrato prevê uma conta suprimimento, que, se positiva, remunera o governo e, se negativa, remunera a Caixa.

Adams e Barbosa caracteri-



Adams e Barbosa, ao lado de Lira, disseram que saldo negativo para manutenção de programas sociais foi eventualidade

zaram o saldo negativo como uma eventualidade, mas Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que as contas ficaram no vermelho por até nove meses seguidos, no ano passado, fato que, para ele, derruba a versão oficial.

Um dos pontos questionados pelo TCU foi a suposta omissão, nas estatísticas de resultados fiscais, de transações primárias deficitárias da União no Banco do Brasil, no BNDES e no FGTS.

Adams disse que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), adotada em 2000, caberia ao Senado aprovar a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal, mas até hoje a norma não foi editada. Com isso, o Executivo

vem informando, desde 2000, que será usada metodologia do Banco Central. Pela metodologia, disse Adams, as operações questionadas pelo TCU nunca foram consideradas na dívida líquida do setor público, nem no resultado primário, porque “não são operações de crédito”. Essas operações, segundo Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foram estimadas em R\$ 40 bilhões em 2014.

Barbosa disse que, se forem consideradas empréstimos, o governo não poderá mais fazer contratos de prestação de serviços com bancos públicos, o que inviabilizaria os programas governamentais. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), essas

operações, em que os bancos oficiais fazem adiantamentos para o custeio de programas, podem ser consideradas empréstimos, com violação da LRF.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO) disseram que a eventual alteração na jurisprudência do TCU, que considerou a prática regular no passado, não poderá retroagir. Adams reforçou que esse tipo de contrato é adotado há vários anos e não foi objeto de questionamento por parte do tribunal no exame de contas de gestões anteriores.

A audiência foi presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS) e Raimundo Lira (PMDB-PB).

## Comissão aprova auditoria por falta de licitação

Foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA) parecer de Ivo Cassol (PP-RO) que acata pedido de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em dois contratos firmados pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2014 sem licitação. O pedido ao TCU consta das Propostas de Fiscalização e Controle (PFS) 3/2015 e 4/2015, apresentadas por Fernando Collor (PTB-AL).

A PFS 3 pede investigação de contrato entre o MPF e a empresa Lúcia Bittar e Filhos Incorporadora para aluguel de imóvel em Brasília. Segundo Collor, o MPF já pagou R\$ 536 mil de aluguel e “mais de R\$ 1 milhão com reformas e adaptações”, mas o imóvel ainda não estaria ocupado.

No outro contrato, o MPF contratou a empresa Oficina da Palavra “para implantação de mecanismos de governança interna”. Collor afirma que, 40 dias após a assinatura do contrato, o diretor-executivo da empresa foi contratado como secretário de Comunicação Social do MPF e, dois meses antes da assinatura, a Procuradoria da República em Mato Grosso instaurou inquérito para apurar irregularidades na contratação da empresa pela Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo.

## Senado vai convocar presidente do TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a convocação do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz. Ele havia sido convidado para a audiência sobre as “pedaladas fiscais”, mas informou por ofício que não compareceria, o que irritou senadores da oposição e do governo.

— Não cabe ao TCU gostar ou não gostar, mas cumprir a

obrigação legal de ser órgão auxiliar do Congresso. Essa carta do presidente Cedraz é absolutamente inaceitável e desrespeitosa — afirmou Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Lindbergh Farias (PT-RJ) concordou com Tasso e disse que a carta não tinha sentido. José Pimentel (PT-CE) lembrou que, nos últimos anos, o tribunal tem deixado de ser órgão auxiliar do Poder Legislativo

e tem atuado como se fosse poder independente e jurisdicional, “concorrendo com o Supremo Tribunal Federal nas suas atribuições”.

— Essa resposta do Aroldo Cedraz é parte dessa visão. Na CPI da Petrobras, foi convocado um ministro do TCU e eles simplesmente mandaram ofício com mesmo teor. Portanto, é uma praxe dos membros do tribunal — reclamou Pimentel.



Para Tasso, ofício informando não comparecimento em audiência é inaceitável

## Humberto: há interesse político em questionamento de contas

Humberto Costa (PT-PE) disse haver interesses políticos por trás do questionamento das contas de 2014 do governo, em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele lembrou que os atos questionados são rotineiramente praticados e, inclusive, muitos deles aceitos, ao longo dos anos, pelo TCU. Por isso, não podem ser chamados de “pedaladas fiscais”.

— Para todas as dúvidas do TCU, há réplicas embasadas sobre jurisprudência consolidada do próprio tribunal. Houve observância da lei, houve respeito à forma de interpretação da lei pelos órgãos de controle — disse o senador.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Vanessa afirma que medidas fiscais já foram usadas antes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Adams, eles explicaram as medidas fiscais do governo Dilma Rousseff em 2014 questionadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A senadora argumentou que as medidas fiscais já haviam sido adotadas por governos anteriores, cujas contas foram aceitas pelo tribunal:

— Tudo que o TCU está a questionar foram questões que aconteceram em governos anteriores e o próprio tribunal considerou regular as situações.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Paim critica carga tributária alta e investimentos baixos

Paulo Paim (PT-RS) disse estar preocupado com a elevada carga tributária e os impactos na renda dos trabalhadores e na redução de investimentos do setor produtivo.

Ele citou estudo que indica que a carga tributária do Brasil equivale a 35,7% do PIB, índice semelhante ao dos países desenvolvidos, onde, porém, os serviços públicos são de boa qualidade. Paim apontou interesses conflitantes como o motivo para a reforma tributária não ter saído do papel.

— Essa reforma repactuará e redesenhará a relação entre o nível de tributação e os gastos públicos, reformularia alguns tributos existentes, extinguiria outros.

# Mesa do Senado reage a ação da Polícia Federal

Nota lida em Plenário por Renan Calheiros considera “invasão” buscas sem a exibição de ordem judicial. Um dos investigados, Fernando Collor defendeu-se na tribuna

A MESA DO Senado e o senador Fernando Collor (PTB-AL) reagiram ontem em Plenário à Operação Politeia, deflagrada pela Polícia Federal como desdobramento da Operação Lava-Jato. Foram cumpridos mandados de busca nas residências de Collor, Ciro Nogueira (PP-PI) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Em nota, lida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, a Mesa classifica a ação da PF de “invasão” e “violência contra as garantias constitucionais em detrimento do estado democrático de direito” por cumprir mandados de busca e apreensão sem a exibição da ordem judicial e sem os limites das autoridades que a estão cumprindo (*leia a íntegra abaixo*).

Renan exigiu o cumprimento de garantias constitucionais.

— Nestes tempos de perplexidade, sombrios, em que

mais uma vez as instituições, nos seus limites, precisam assegurar as garantias constitucionais, nós não vamos perdê-las sob pretexto nenhum. Os brasileiros e brasileiras sabem exatamente o custo da democracia no nosso país — afirmou.

Em pronunciamento, Fernando Collor disse que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, “extrapolou todos os limites do estado de direito, da legalidade e das garantias constitucionais” ao promover o arrombamento do apartamento funcional que ocupa e de sua residência particular na operação, comandada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Collor disse que foram recolhidos equipamentos, papéis desconexos e três carros. De acordo com o senador, a ação foi “espetaculosa e midiática, com o uso desnecessário” de



Collor discursa no Plenário: “A operação midiática deseja fazer com que a opinião pública tenha um juízo equivocado”

helicópteros e dezenas de viaturas policiais.

— A operação foi orquestrada por Janot com o intuito mesquinho e mentiroso de vincular a investigação criminosa a bens e valores

legalmente declarados e adquiridos muito antes de qualquer investigação de crimes maldosamente a mim imputados — afirmou.

Collor rebateu o argumento de que a operação fora realizada com o intuito de evitar a destruição de provas. O senador disse que a iniciativa de Janot teve como objetivo “constranger, intimidar e promover cena de espetáculo”.

— A operação midiática, em conluio com grande parte da mídia, de forma maldosa e equivocada, deseja fazer com que a opinião pública tenha um juízo equivocado dos reais acontecimentos. Se eu jamais prestei depoimento, se a operação ainda está na fase de investigação, nem denúncia formal ainda houve, isso é ou não é uma tentativa de imputação prévia de culpa?

Collor disse que a operação de que foi vítima não consolida a democracia nem serve para

promover a justiça. De acordo com ele, o recolhimento de bens declarados por pessoas que não respondem a nenhum processo viola a Constituição.

— Buscas, apreensões, invasões e arrombamentos, sejam eles contra qualquer pessoa, são um retrocesso. É voltar ao estado de exceção, à ditadura, desta feita a ditadura do Ministério Público — afirmou.

## Vazamentos seletivos

Collor reiterou que há meses vem denunciando da tribuna do Senado “todos os crimes e falcaturas” de Janot, como vazamentos seletivos e ilegais, os “crimes” cometidos pelo irmão do procurador na Bélgica, a “carteirada” em um hospital do Rio de Janeiro, o abuso com diárias concedidas a servidores do Ministério Público; o contrato de uma empresa de comunicação de amigos sem licitação e o aluguel de um imóvel de luxo.

## Renan lê nota em que critica violência contra direitos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu ontem nota da Mesa Diretora sobre a Operação Politeia, deflagrada pela Polícia Federal (PF) como desdobramento da Operação Lava-Jato. A PF cumpriu mandados de busca nas residências dos senadores Fernando Collor (PTB-AL), Ciro Nogueira (PP-PI) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

### Veja a íntegra

Todos são obrigados a prestar esclarecimentos à Justiça, notadamente os homens públicos, já que nenhum cidadão está acima da lei. Entretanto, causa perplexidade alguns métodos que beiram a intimidação.

A busca e a apreensão nas dependências do Senado Federal deverão ser acompanhadas da Polícia Legislativa. Disso não abriremos mão.

Buscas e apreensões sem a exibição da ordem judicial e sem os limites das autoridades que a estão cumprindo são invasão. São uma violência contra as garantias constitucionais em detrimento do estado democrático de direito.

É imperioso assegurar o respeito ao processo legal, ao contraditório, para que as defesas sejam exercidas em sua plenitude, sem nenhum tipo de prejuízo ou restrição.

As instituições, entre si independentes, precisam estar atentas e zelosas ao cumprimento e respeito aos limites legais estabelecidos na Constituição federal para que não percamos garantias que foram duramente reconquistadas.

Mesa Diretora do Senado Federal

## Congresso Nacional tenta votar hoje 12 vetos presidenciais

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 11h, em nova tentativa de examinar vetos presidenciais acumulados na pauta. A sessão da última quarta foi encerrada sem votações por falta de quórum.

Os vetos que aguardam votação tratam de temas como o Orçamento de 2015, o novo Código de Processo Civil, as regras para fusão de partidos, o Marco Legal da Biodiversidade, a Lei Geral das Antenas, a Lei de Arbitragem e a regulamentação dos direitos dos empregados domésticos.

A flexibilização do fator previdenciário ainda não consta da pauta de votações. O Veto 19/2015, que trata do assunto, completa 30 dias no Congresso apenas na sexta-feira.

Dois vetos foram incluídos na pauta desde a última ses-



Senadores e deputados se reuniram para analisar vetos no dia 8, mas não houve quórum na sessão conjunta do Congresso

são do Congresso. O primeiro é o dispositivo incluído na Medida Provisória 663/2014 que determina que, na concessão de financiamentos a taxas subsidiadas, no mínimo 30% dos recursos sejam direcionados a tomadores situados nas Regiões Norte

e Nordeste (VET 15/2015). O segundo rejeitou na íntegra projeto que obriga as escolas da educação básica a registrar, na matrícula, os nomes das pessoas autorizadas a ingressar nos estabelecimentos para tratar de interesses do aluno (VET 16/2015).

Também constam da pauta do Congresso dois projetos de lei sobre questões orçamentárias. O PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões ao Ministério da Previdência Social, tem como objetivo o pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados

e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig e Transbrasil.

Já o PLN 4/2015 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 para permitir que a execução obrigatória de emendas parlamentares possa abranger restos a pagar anteriores a 2014. Restos a pagar são o resultado de despesas empenhadas (reservadas no Orçamento), mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

Um projeto de resolução, o PRN 3/2015, amplia de 10 para 16 as relatorias setoriais que atuam no exame das propostas de lei orçamentária anual. Desse total de relatorias, seis caberão ao Senado, em vez das atuais quatro.

Vetos na pauta do Congresso:  
<http://bit.ly/vetos15jul2015>

# Iraque e China terão novos embaixadores

Retorno de empresas brasileiras ao país do Oriente Médio e o papel fundamental da nação asiática no cenário internacional foram abordados na sabatina dos diplomatas

OS TRÊS MAIORES desafios à sobrevivência do Iraque estão interligados: a carência de infraestrutura e serviços básicos; a divisão entre os grupos étnicos e religiosos; e a insurgência do grupo radical Estado Islâmico, que ocupa algumas regiões do país.

A afirmação é do diplomata Miguel Junior França Chaves de Magalhães, que teve a indicação para embaixador do Iraque aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e referendada pelo Plenário, assim como a do diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos para assumir o cargo de embaixador do Brasil na China e na Mongólia.

— O quadro é no mínimo instável para o governo e cruel para a população, mas a tradição do povo iraquiano e de suas elites é de superação — disse Magalhães, para quem o Brasil tem condições de ampliar suas vendas



Aloysio (C) preside sabatina na qual as indicações de Magalhães e Gomes de Mattos foram acatadas

de alimentos, produtos de defesa e serviços ao Iraque.

O diplomata disse que não vê dificuldades, além das condições de segurança, de incentivar a volta de empresas brasileiras ao Iraque, onde muitas obras de infraestrutura foram executadas pela Mendes Júnior e pela Petrobras. Ele afirmou ainda

que o Brasil desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos humanos e que os votos do país nos organismos internacionais têm sido nesse sentido.

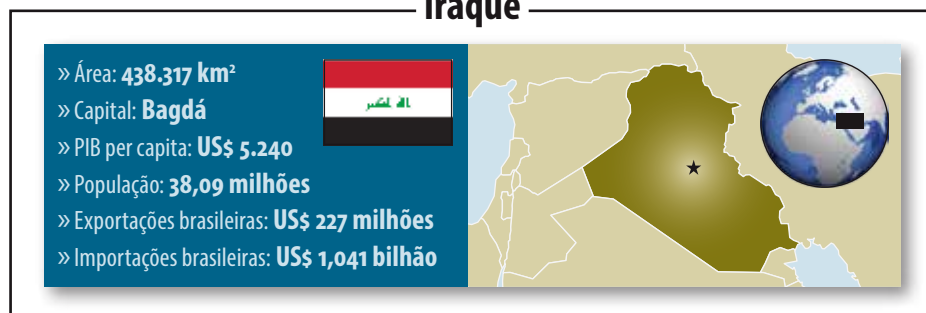
Gomes de Mattos, por sua vez, considerou que a China é um país “absolutamente fundamental” no novo cenário internacional.

— A ascensão da China é um fenômeno da atualidade. A introdução da China no contexto realinou uma quantidade de variáveis e mudou a concepção de algumas questões. A China passou de país periférico para ator fundamental, com maior capacidade de impacto no que o mundo poderá ser, mas continua sendo um país em desenvolvimento — afirmou.

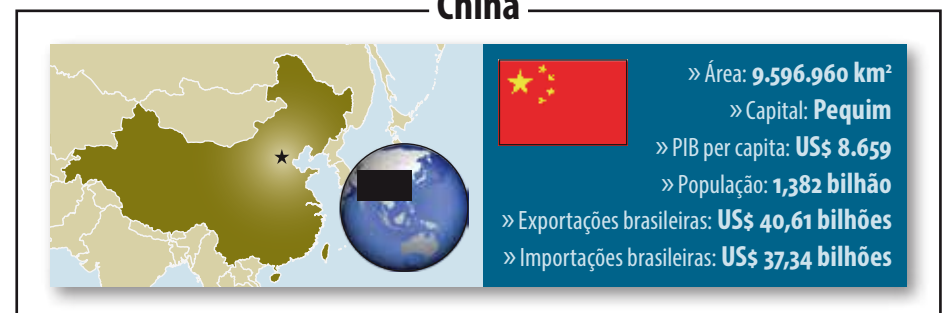
Ele disse que considera a criação do Banco do Brics uma iniciativa “ainda pertinente e verdadeira”, independentemente da desproporcionalidade entre os países emergentes que o compõe no contexto econômico global.

Gomes de Mattos destacou que a China é hoje o maior comerciante do mundo, mantendo a capacidade de se inserir nas cadeias produtivas mais representativas dos EUA e da Europa, mesmo sem acordos de cooperação para tal.

## Iraque



## China



Fontes: CIA World Factbook e brasilexport.gov.br

## Comissão aprova acordos de cooperação do Brasil com 6 países

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou seis projetos de decreto legislativo, a serem votados no Plenário, que contemplam acordos de cooperação técnica, cultural e previdenciária assinados entre o Brasil e outros países.

Um deles é o acordo entre o Brasil e a Bolívia assinado em 1990 que prevê o estabelecimento de um porto seco no Porto de Paranaguá, no Paraná. A unidade será utilizada para admissão, armazenagem e expedição de mercadorias de procedência boliviana, bem como daquelas oriundas de outros

mercados para aquele país.

Relator do acordo, Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a demora na tramitação da matéria no Congresso.

— O convênio foi firmado em 1990 e a mensagem foi recebida pela Câmara em 2007. E o projeto de decreto legislativo que dela decorreu foi aprovado naquela Casa apenas em 2015. De 2007 a 2015 ficou na Câmara. Não é o que está ocorrendo aqui no Senado. Rapidamente, estamos resolvendo esse problema. Eu recebi essa incumbência [de relatar o projeto] há cerca de 15 dias e estou

apresentando este relatório — afirmou.

O acordo com o Uzbequistão, celebrado em 2009, cria uma comissão intergovernamental de cooperação econômica e comercial para discutir programas e definir condições para a concessão de créditos e manutenção e financiamento do comércio.

O acordo com o Zimbábue, assinado em 2006, destaca que a cooperação técnica com o Brasil poderá envolver instituições do setor público e privado e ONGs. As áreas a serem contempladas pelo acordo ainda serão definidas.

Assinado em 2010, o acordo de cooperação cultural com Granada tem o objetivo de estreitar os laços entre o Brasil e o país caribenho.

Firmado em 2012, o acordo previdenciário entre Brasil e Coreia do Sul beneficia trabalhadores dos dois países no que se refere a pensões e benefícios de aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez.

Acordo entre Brasil e Argentina, assinado em 2011, prevê cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.

## País precisa de nova política de inteligência, aponta debate

Em audiência pública interativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) ontem, três especialistas da área cobraram do Congresso Nacional a aprovação de lei que institua a Política Nacional de Inteligência. Eles pediram também que a atividade de inteligência receba mais recursos.

O oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Edmar Furquim Cabral de Vasconcelos Junior traçou um panorama histórico do setor de inteligência no país nos últimos anos e defendeu o aperfeiçoamento da legislação que rege a área.

Em sua avaliação, o país precisa de uma nova legislação que discipline a atividade de inteligência em toda a esfera pública, inclusive regulamentação para procedimentos corriqueiros, como o uso de placas de carro “falsas” por parte de agentes em serviço, visto que essa ação depende hoje de autori-



Ao lado da deputada Jô Moraes, Furquim, da Abin, pediu o aperfeiçoamento da legislação do setor

zação de cada Detran estadual.

Furquim defendeu também a aprovação de norma que permita à Abin a contratação temporária de pessoal, além de leis com previsão de técnicas investigatórias e proteção da identidade de agentes em serviço, por exemplo.

— O Brasil tem o único serviço de inteligência do mundo que não pode fazer interceptações telefônicas — afirmou.

O presidente da Associação Inter-

nacional para Estudos de Segurança e Inteligência, Denilson Feitoza Pacheco, afirmou que o Brasil está há 27 anos sem uma política nacional de inteligência.

— Não há um único país desenvolvido do mundo que não tenha um serviço de inteligência forte. A precariedade do Brasil na área de inteligência é imensa.

Por sua vez, o consultor legislativo do Senado Joanisval Brito Gonçalves registrou que o governo não promove concurso público para a Abin

desde 2008. Para ele, os serviços de inteligência e contra-inteligência são fundamentais para o assessoramento de processos decisórios em todos os escalões governamentais.

— Os serviços de espionagem continuarão existindo, goste-se ou não. Precisamos desenvolver uma cultura de inteligência no seio da sociedade e junto aos tomadores de decisão se o Brasil quer se projetar como potência. Não existe democracia nenhuma no mundo que sobreviva sem serviços de inteligência — pontuou.

Para o consultor, o que distingue um serviço secreto democrático de um serviço secreto de uma ditadura é a fiscalização e os controles interno e externo, nos quais o Parlamento tem papel fundamental.

— Sem controle, a linha da legalidade é muito tênue e os riscos são muito grandes, precisamos de mecanismos de controle mais modernos

# Aprovada urgência de 5 textos do pacto federativo

Projetos na ordem do dia do Plenário tratam de temas como recursos para saúde e segurança pública, mudança na repartição de tributos e modernização da legislação



O PLENÁRIO APROVOU ontem regime de urgência para cinco projetos já aprovados na Comissão do Pacto Federativo. Mudança na repartição de tributos, modernização da legislação e recursos para saúde e segurança pública estão entre os temas que podem ser votados hoje, com os textos PLS 501/2013 — Complementar, PLS 196/2014, PLS 277/2014, PLS 302/2015 e PLS 303/2015.

O PLS 375/2015, que faz parte do pacote enviado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para viabilizar a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), chegou a ter urgência aprovada, mas a medida foi desconsiderada depois de questionamento de Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— Os projetos do pacote de Levy não podem ser votados em 48 horas. É uma questão de independência — argumentou o senador.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Walter Pinheiro (PT-BA) criticaram a retirada da urgência. Mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, acatou o pedido por falta de unanimidade.

A votação do pacote sobre ICMS havia sido discutida pelo ministro Levy com líderes partidários à tarde, mas não

houve acordo. Também ontem foi editada pelo governo a MP 683/2015, que cria dois fundos que servirão para compensar os estados pelas futuras mudanças de alíquotas e divisão do imposto.

Além da MP, o pacote inclui o projeto que unifica gradualmente as alíquotas do imposto (PRS 1/2013) e o que cria uma política de desenvolvimento regional (PLS 375/2015). Há ainda o PLS 298/2015, que garante para os fundos os recursos oriundos da repatriação de dinheiro dos brasileiros que foram enviados ao exterior sem pagar tributo no Brasil.

## Governadores

Os governadores Geraldo Alckmin (SP), Fernando Pimentel (MG), Luiz Fernando Pezão (RJ) e Paulo Hartung (ES) pediram apoio de Renan para a aprovação de novas regras na aplicação do ICMS em parcerias público-privadas (PPPs).

Renan disse que os líderes partidários do Senado farão um calendário para a reforma do ICMS. As propostas serão analisadas nas comissões antes de irem a Plenário.

Segundo Walter Pinheiro (PT-BA), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje o PLS 126/2015, que agrava a pena pelo crime de evasão de divisas. Ele considera difícil, porém, votar as propostas antes do recesso.



O ministro Joaquim Levy (C) fala durante reunião com líderes. À esquerda dele, o presidente do Senado, Renan Calheiros

## Congresso analisa compensação para estados

O Congresso vai começar a analisar a medida provisória que cria dois fundos para compensar os estados pelas futuras mudanças no ICMS. De acordo com a MP 683/2015, publicada na ontem no *Diário Oficial da União*, são criados o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

A MP é considerada essencial para a aprovação da unificação do ICMS. O assunto foi tema de discussão na segunda-feira entre o vice-presidente da República, Michel Temer, os

ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e líderes da base aliada no Senado.

Segundo o líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), o fundo vai mitigar perdas que os estados tiverem com o fim dos incentivos fiscais e a unificação das alíquotas do ICMS. O fundo de desenvolvimento regional garantirá recursos para infraestrutura e desenvolvimento dos estados, papel hoje desempenhado pelos incentivos.

Os recursos para os fundos virão da repatriação de dinheiro dos brasileiros que foram enviados ao exterior sem pagar tributo no Brasil, conforme proposta da CPI do HSBC.

— Além da MP e do projeto de repatriação dos recursos, o pacote da reforma do ICMS virá com a construção no Senado de uma proposta de emenda para vincular os recursos e eles não fiquem soltos, sem garantia constitucional. Outra medida é avançar com o projeto que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que vai cuidar da destinação aos recursos do fundo — afirmou Walter Pinheiro (PT-BA), presidente da Comissão Especial do Pacto Federativo.

Paralelamente, os senadores pretendem votar o PRS 1/2013, que fixa as alíquotas para acabar com a guerra fiscal. A proposta tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional.

## Recursos repassados pela União poderão ter uso mais controlado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que amplia mecanismos de controle do uso de recursos repassados pela administração pública federal em favor dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O texto será votado em turno suplementar na próxima reunião da comissão.

Pelo projeto (PLS 226/2013), os recursos dos convênios, acordos ou qualquer outro tipo de instrumento firmado pelo governo federal com os demais entes só poderão ser movimentados por meio de contas bancárias específicas e individuais, sem permissão para transferência para outra conta do ente atendido.

O texto em exame é um substitutivo de Ivo Cassol (PP-RO) a projeto do ex-senador Lobão Filho. O relator modificou o projeto para estabelecer que os pagamentos feitos com os recursos transferidos só podem ser feitos por meio eletrônico que identifique a

finalidade do pagamento e a titularidade da pessoa física ou jurídica beneficiária.

O autor previa a possibilidade de pagamento por meio de cheque administrativo e ordem de pagamento, mas essa possibilidade foi excluída por Cassol.

No substitutivo, ele determina que os recursos sejam obrigatoriamente depositados em contas bancárias de instituições financeiras federais, e não apenas oficiais. Cassol fez a alteração para evitar que recursos repassados aos estados, sujeitos ao controle da União,

fossem mantidos em bancos oficiais geridos pelos próprios governos estaduais.

Está previsto no texto que os pagamentos em espécie a pessoas físicas que não possuem conta bancária só poderão ser feitos de acordo com limites fixados pelo Poder Executivo federal.

— Em vez de tornar as instituições financeiras solidariamente responsáveis, como estava na proposta original, preferimos determinar que elas sejam obrigadas a fornecer aos órgãos oficiais de controle e fiscalização internos

e externos todas as informações sobre as movimentações financeiras, inclusive a titularidade das pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, quando requisitadas — frisou Cassol, sobre outra modificação proposta.

O relator explica que existem ações judiciais discutindo a abrangência do sigilo bancário em relação às contas correntes que movimentam recursos repassados pela União.

O autor previa a exigência de notificação, pelo Executivo, da liberação dos recursos aos partidos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no respectivo ente federado. Cassol retirou a norma, por considerá-la “desatualizada e descabida”, dizendo ser mais “simples e democrático disponibilizar as referidas informações em um sítio da internet”.

Ele propõe ainda que o projeto dê origem a uma nova lei, em substituição à Lei 9.452/1997, que trata da notificação da liberação de recursos federais.

## Pinheiro critica dependência de estados e municípios

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu que o Senado trate a questão do pacto federativo não como um “modismo” do momento, mas como um sério projeto de reestruturação nacional.

— O pacto federativo é, uma estruturação para você dar autonomia, independência e condição efetiva de funcionamento de estados e municípios.

Pinheiro, que preside a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, criticou a situação de dependência do Executivo federal que os estados enfrentam, tendo que pedir emendas orçamentárias para investimentos. Para ele, o Orçamento não deve mais ser tratado como uma “caixa registradora”, e sim como uma ferramenta de planejamento profundo.



Otto (E) preside reunião que aprovou mais fiscalização para verbas repassadas



Paim (C) coordenou audiência na CDH sobre saúde e terceirização: todos os debatedores criticaram projeto em análise no Congresso que regula relações trabalhistas

## Para especialistas, terceirização piora atendimento em hospitais

Participantes de audiência disseram que terceirização pode elevar riscos na área da saúde e destacaram número alto de acidentes

OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS estão mais sujeitos a doenças e internações, e o crescimento da mão de obra terceirizada pode agravar a situação. Por isso, a terceirização nos serviços de saúde pode tornar o atendimento à população ainda mais precário. Esses dois aspectos das relações de trabalho foram debatidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), que fez audiência para analisar o projeto que regulamenta contratos de terceirização (PLC 30/2015). Todos os participantes do debate se posicionaram contra a proposta.

— Se o problema de muitos hospitais é de gestão, com a terceirização é a esculhambação, a lambança total — disse Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Segundo Maximiliano Garcez, da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, o PLC 30 é o projeto do “aluguel de pessoas”, que trata o trabalhador como mercadoria a ser trocada a qualquer momento e permite até mesmo a “quarteirização e a quarteirização”.

Ele se disse contrário à terceirização das atividades dos serviços de saúde e a comparou a um hambúrguer do Mc Donald's: “faz mal para a saúde, custa caro e só é bonito na foto, mas é horrível na realidade”. Maximiliano citou exemplos de hospitais do Rio de Janeiro e de Porto Alegre que foram terceirizados e hoje deixam servidores sem salários e pacientes sem refeições e demonstrou temor com a possibilidade que se alarga com a proposta em tramitação.

— A terceirização é uma droga de verdade e abre a porta para outras drogas no mundo do trabalho: precarização, sonegação, corrupção, trabalho escravo, infantil e degradante. Uma grande empresa quando quer fazer essas barbaridades não faz diretamente — disse.

Na mesma linha, o coordena-

dor do Fórum Nacional de Enfermagem, Valdirlei Castagna, afirmou que a terceirização em serviços de saúde é mais grave e traz grandes riscos porque trabalha com as vidas e a sanidade da população. Segundo ele, nem mesmo as atividades-meio na saúde deveriam ser terceirizadas, já que é preciso atenção e cuidado na higienização ou elaboração de refeições para o ambiente hospitalar, por exemplo, e o rodízio constante desses funcionários pode prejudicar as rotinas. Pior ainda, disse, é a terceirização de médicos e enfermeiros, brecha aberta com o projeto.

— Corremos o risco de colocar pessoas dentro do ambiente hospitalar que, com a alta rotatividade, não sabem

das peculiaridades.

A representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, Eurídice Ferreira de Almeida, mencionou a precarização, por causa da terceirização, nos hospitais universitários.

— Estão colocando entidades privadas dentro dos hospitais universitários, usando insumos e mão de obra dos profissionais [efetivos] em detrimento do atendimento público. Se [o paciente] vem pelo plano de saúde, tem todo o atendimento. Quem vem pelo SUS, não tem — disse, destacando a queda na qualidade do atendimento, principalmente, por falta de insumos.

A terceirização nas univer-

sidades federais foi um dos motivos apontados na audiência para a greve no segmento, iniciada em maio. Na ocasião, Paim recebeu uma carta com reivindicações, que prometeu encaminhar ao Executivo.

A presidente da Federação Nacional dos Odontologistas, Joana Lopes, a vice-presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, Shirley Marshal, e a representante do Sindicato dos Enfermeiros, Ana Lúcia Firmino, também criticaram a adoção desse regime de contratação na saúde pública.

— É um retrocesso violento que atenta contra um direito fundamental do cidadão, que é o Estado prestar assistência à saúde sem transferir para terceiros aquilo que é responsabilidade dele — afirmou Joana.

### Condições de trabalho são desiguais e riscos, mais altos

Os terceirizados estão mais sujeitos a treinamentos insuficientes ou à falta de treinamento; a uma gestão coletiva menos rigorosa, com piores condições de trabalho; e a atribuições com mais riscos. A instabilidade no posto induz a mais ausências e a adoecimentos, físicos e mentais, inclusive psicossomáticos. Essas foram as observações do vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Guilherme Feliciano.

Ele citou dados para destacar as condições mais precárias a que se submetem os funcionários contratados por empresas intermediadoras: a cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem com terceirizados. Dos fatais, de cada cinco ocorrências, quatro são com esses funcionários.

— De modo geral, 80% dos acidentes de trabalho alcançam os terceirizados — disse.

O juiz do trabalho citou dados das centrais sindicais: em 2010, o mercado de tra-

balho formal tinha 25,5% de terceirizados, número que passou para 26,8% em 2014. Isso porque sai mais barato terceirizar mão de obra, pelo menos segundo a justificativa de 98% das empresas, disse. Só 2% alegaram necessidade de especialização técnica.

— Coloco um intermediário e o preço final sai mais barato. O intermediador tem lucro, então quem paga a conta? Óbvio que o trabalhador e isso se deve à redução de direitos sociais.

Segundo a enfermeira Ivone Martini, a terceirização cria castas diferenciadas entre os trabalhadores, ao diluir responsabilidades com obrigações trabalhistas. Ela apresentou dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) segundo os quais os terceirizados ganham um quarto a menos que os contratados e trabalham em média três horas a mais.

Já o representante da Con-

federação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, Ademir Portilho, sustentou que a terceirização não respeita os direitos humanos. Ele ressaltou a “invisibilidade” imposta aos terceirizados, que costumam ser discriminados pelos demais colegas de trabalho.

— O salário do concursado é acima de R\$ 2 mil e o do contratado é o salário mínimo [R\$ 788], o que gera muita confusão na assistência porque eles têm de fazer o mesmo trabalho — disse.

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, João Rodrigues Filho, disse que quem paga por isso é o usuário do sistema. Ele observou ainda a dificuldade para execução judicial de dívidas trabalhistas das empresas de terceirização, que costumam desaparecer após dispensa dos trabalhadores. Segundo Rodrigues Filho, até a saúde indígena está passando pelo processo de terceirização.

### Benedito de Lira alerta para caos na saúde em Alagoas

O senador Benedito de Lira (PP-AL) lamentou na segunda-feira as más condições do setor de saúde



no Brasil, especialmente em Alagoas. Segundo ele, o estado tem poucos recursos, que são mal-empregados.

— A situação é de verdadeira calamidade. A saúde pública em Alagoas vive o maior caos da sua história — afirmou o senador.

Para Benedito, há indícios de problemas de gestão de recursos. Ele também citou o caso de igreja que cedeu espaço para atendimento porque não havia posto de saúde em condições de receber pacientes.

### Ana Amélia se solidariza com vítimas de chuvas

A senadora Ana Amélia (PP-RS) se solidarizou com a população dos estados do Sul, atingidos por temporais.



Além de falta de energia elétrica e alagamentos em vários municípios, muitas famílias estão desabrigadas. Ana Amélia explicou como pedir apoio ao governo federal.

— Prefeitos e governadores podem decretar situação de emergência ou situação de calamidade pública e acionar a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para prestar ajuda federal a essas vítimas — explicou.

### Ferraço critica possível unificação de PIS-Cofins

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou ontem a possível edição de medida provisória para unificar o PIS-Cofins.



O senador disse que o texto da medida está sendo preparado sem a participação dos setores produtivo e de serviços, que podem ser prejudicados pela fusão.

— Se nivelarmos pela maior alíquota, estaremos triplicando a carga tributária do setor de serviços. Não é possível que o governo queira repetir o erro de enviar ao Congresso, por medida provisória, essa eventual fusão do PIS-Cofins.



Especialistas advertiram que investir em desenvolvimento de tecnologias da informação no mundo atual é uma questão econômica e também de soberania nacional

# Tecnologia exige formação e investimentos

PARA DECIDIR SOBERANAMENTE sobre seus caminhos e atingir pleno desenvolvimento, um país precisa dispor de tecnologias básicas que não sejam dependentes de decisões tomadas por governos ou entidades no exterior. O alerta foi dado ontem por especialistas em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que expôs os obstáculos que o Brasil precisa superar para avançar no desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

O presidente da Associação P&D Brasil, Luiz Francisco Gerbase, observou que o país precisa cada vez mais de máquinas e produtos TICs, mas enfrenta problemas na balança comercial. Ressaltou que a demanda por produtos com tecnologia embutida cresce em velocidade exponencial, enquanto a nossa “moeda de troca” são produtos primários como minério de ferro, açúcar e soja. Segundo ele, as exportações de soja hoje não cobrem a compra de máquinas.

— A pergunta é aonde vamos parar trocando o importante patrimônio que tem o país, que é o setor primário, mas tendo que pagar uma conta que já não é mais possível pagar. Não é por nada que nossa balança comercial sofre o problema de hoje — salientou Gerbase.

Ao sugerir caminhos para a superação da situação de atraso tecnológico, os convidados falaram de modo recorrente em elevação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, desoneração da cadeia



Especialistas pediram mais investimento em tecnologia durante audiência presidida senador Helio José (4º à esq.)

produtiva de equipamentos e de bens com tecnologia embutida, mais esforços no campo da educação e capacitação de mão de obra e políticas para ampliar a competitividade internacional das empresas que agregam valor a seus produtos.

— O desafio é fazer com que nosso povo e nossos governantes entendam esta diferença: não somos mais o país de produzir apenas com a força bruta dos músculos; a saída é usar nossos cérebros. Do contrário, seremos entendidos por outras nações apenas pelo potencial de nosso mercado consumidor — reforçou Gerbase.

O executivo Sergio Pauperio Serio Filho, da empresa de software de gestão Totvs, apontou a necessidade de intensificar a cooperação entre universidades, institutos de ciência e pesquisa e o setor privado. Também defendeu o

aprimoramento dos incentivos para as *start-ups*, as nascentes empresas de tecnologia, assim como quebrar o tabu existente no país em relação a investimentos nesse tipo de negócio.

— O desafio é importar a cultura dos mercados americano e europeu, para os quais é aceitável que nove em cada dez *start-ups* não deem certo, mas a única que vingar compensa as outras — argumentou.

## Infraestrutura

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sergio Paulo Gallindo, destacou que o segmento possui elevado potencial de crescimento. Segundo ele, o conjunto das empresas responde por 9% do PIB e emprega mais de 1,5 milhão de trabalhadores. Em 2014, o setor cresceu 7,7%,

quando a economia nacional não passou de 0,1%.

— Por isso, costume dizer que somos uma China dentro do Brasil, bem acima da média geral — disse, comparando com o país que mais cresce no mundo.

Gallindo cobrou investimentos em infraestrutura de banda larga, para permitir que toda a população tenha acesso aos serviços, pediu incentivos tributários para investimentos em data centers, que processam e armazenam dados.

Ele também apelou para que, na discussão atual sobre o fim da desoneração de tributos incidentes sobre a folha salarial das empresas, devido ao ajuste nas contas públicas, o setor não retorne à alíquota anterior de 4,5% — que havia sido rebaixada para 2,2%. Segundo ele, com o incentivo o setor formalizou mais de

80 mil empregos, que agora podem ser perdidos.

O secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Virgílio Augusto Almeida, reconheceu que as tecnologias digitais são elementos-chave da agenda global nos campos social, econômico e mesmo político, como demonstram os episódios de espionagem internacional que vieram a público recentemente.

Ele lembrou uma pesquisa internacional que classificou países de acordo com a capacidade tecnológica. O Brasil está no grupo com chances de avançar, ao lado do México, Chile, Turquia e Tailândia. Depois de admitir que o Brasil precisa agir rápido, ele listou aspectos que favorecem o país e o que precisa ser feito, como a massificação do acesso à rede de banda larga.

Já Sergio Cavalcante, do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, reforçou a importância de melhorar a qualidade da educação. Diretor do centro, uma empresa de inovação e de formação profissional em TI, ele criticou o modelo em que as escolas se limitam a ofertar apostilas a alunos que não conhecem “o caminho para a biblioteca”.

— Como a gente consegue criar pessoas com capacidade analítica se não sabem comparar diferentes fontes de informação? — questionou.

A audiência foi realizada por sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e presidida pelo senador Hélio José (PSD-DF).

## Donizeti saúda 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Donizeti Nogueira (PT-TO) celebrou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, comemorados na segunda. Para ele, a legislação é uma grande conquista da sociedade brasileira e um marco na proteção da juventude. No entanto, o senador entende que ainda há espaços que o Estado precisa preencher:

— É preciso melhorar a qualidade do ensino, ampliar espaços de convivência, lazer e prática de esportes, [implantar] escolas mais envolventes para tirar os adolescentes da rua e disputar o nosso jovem com o crime organizado.

Quanto à redução da maioria penal, Donizeti considera a ideia “atrasada”, que reflete “intolerância” com os jovens.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Blairo defende reforma em lei de proteção a menor

Blairo Maggi (PR-MT) defendeu reformas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para ele, a reforma deve aumentar a proteção dos menores de 18 anos e conter o avanço da violência de que eles são vítimas. Blairo lembrou que os adolescentes passaram à condição de autores de atos infracionais, o que exige medidas para conter o avanço desse tipo de violência, especialmente para exigir um prazo maior de cumprimento de medidas socioeducativas.

— Não podemos tratar como crianças aqueles que já não agem como crianças. Se oferecemos direitos, e precisamos oferecê-los de forma abrangente e estruturada, temos que cobrar deveres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Lira quer pena maior para crimes perto de escolas e residências

Raimundo Lira (PMDB-PB) anunciou em Plenário na segunda-feira a apresentação de projeto de lei que agrava a pena de diversos crimes quando praticados a até 100 metros de residências e estabelecimentos escolares.

— A intenção do projeto é proteger as residências e as escolas, uma vez que as ruas, avenidas, parques e estradas já são do domínio dos bandidos — assinalou o senador.

Lira também criticou o vandalismo praticado por bandidos em escolas de cidades brasileiras, como João Pessoa, Porto Alegre e a capital paulista:

— Uma creche novinha em São Paulo já foi roubada duas vezes. Os alunos não têm idade para entender o que aconteceu, mas os pais ficaram logicamente nervosos.

## Gladson Cameli apoia greve de servidores da educação do Acre

Gladson Cameli (PP-AC) disse apoiar a greve dos servidores da educação no Acre. O senador apelou ao governador, Tião Viana, para que dialogue com os profissionais.

O senador ressaltou que as demandas dos servidores são legítimas, principalmente a de reajuste salarial. Ele considerou “descabido” o argumento do governo estadual de que está sem dinheiro, já que tem um gasto descontrolado com cargos comissionados oferecidos a indicados políticos.

— Salário de professor é prioridade número um em qualquer governo comprometido com a qualidade de vida das famílias e o desenvolvimento do estado — afirmou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Lídice cita centenário de nascimento de José Calazans Brandão

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou o centenário de nascimento do professor e pesquisador do folclore José Calazans Brandão da Silva, que definiu como “uma das mais importantes vozes do sertanejo”.

A senadora enalteceu o trabalho de Calazans no resgate da história oral do Brasil e lembrou que o professor conquistou reconhecimento internacional como o maior especialista na Guerra de Canudos, mudando o olhar dos historiadores sobre o conflito.

— Reverenciamos o mestre Calazans. Mestre na verdadeira acepção da palavra: formador de gerações de novos e eternamente gratos herdeiros do seu generoso legado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

# CPI do Carf vai convocar suspeitos por desvios de R\$ 6 bilhões

Entre os que serão chamados, estão o presidente do HSBC no Brasil e ex-integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

A CPI do Carf aprovou ontem uma série de requerimentos convocando para depor representantes de empresas e escritórios de advocacia e contabilidade. Serão chamados ainda servidores investigados pelo suposto envolvimento no esquema que desviou R\$ 6 bilhões por meio da manipulação de processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão auxiliar ao Ministério da Fazenda.

Por solicitação de José Pimentel (PT-CE), foram convocados os presidentes do HSBC no Brasil, da Boston Negócios, da Indústria Irmãos Júlio, da Mundial S.A. e do Grupo Penha. De acordo com lista divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, todas essas empresas, além de outras credoras da União em processos conduzidos na Receita, teriam feito parte do esquema de suborno



O senador José Pimentel, que propôs a convocação do presidente do HSBC

a integrantes do Carf, que manipularam processos com o objetivo de reduzir multas.

— No caso do HSBC, a Polícia Federal identificou depósitos do banco para a SGR Consultoria Empresarial, que é uma das investigadas por intermediar o pagamento de propina a conselheiros do Carf — exemplificou Pimentel.

Também a pedido do senador, foram convocados

Jeferson Salazar, que é ex-auditor fiscal da Receita Federal, e Antonio Lisboa e Valmar Fonseca, conselheiros titulares do Carf.

Já por requerimento do presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), foram convocadas outras 12 pessoas, entre elas Cristina Mautoni, Flávio Rogério da Silva, Hugo Borges e Maurício Taveira. Cristina Mautoni é sócia

da empresa Marcondes & Mautoni Empreendimentos, investigada por suposto envolvimento na manipulação do julgamento da Mitsubishi no Carf. Maurício Taveira, representante do Fisco, é suspeito de ter sido cooptado. Já Rogério da Silva e Hugo Borges seriam ligados a José Ricardo Silva, ex-conselheiro do órgão e alvo das investigações.

Ainda por solicitação de Ataídes, foi requerida à 10ª Vara Federal do Distrito Federal o compartilhamento, com urgência, de todos os documentos em posse da Polícia Federal relacionados à Operação Zelotes.

Por solicitação de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora da CPI, foram convocados representantes das empresas Alfa Atenas e Planeja Assessoria, além de outros investigados.

## Raupp: infraestrutura pode melhorar competitividade

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou para a necessidade de investimentos em infraestrutura para melhorar a competitividade do Brasil, que está na 56ª posição entre 148 países, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Raupp disse que o mau estado das rodovias elevam em 36% o custo operacional do transporte por caminhão. Segundo ele, seria preciso investir R\$ 1 trilhão para melhorar a infraestrutura. Um bom começo, disse, seria valorizar o planejamento, a qualidade técnica dos projetos e o papel dos engenheiros.

— Trata-se de promover a recuperação da engenharia consultiva, uma área que já foi de expressão internacional, com exportação de serviços, e que hoje vê seus quadros se perderem em função de uma política que não valoriza o patrimônio técnico — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Romário presidirá e Jucá relatará investigação da CBF

Romário (PSB-RJ) foi eleito presidente da CPI da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A comissão parlamentar de inquérito vai investigar denúncias de irregularidades que podem incluir as obras para a Copa do Mundo de 2014. Foi Romário quem propôs a criação da CPI. A relatoria ficou com Romero Jucá (PMDB-RR). O nome do vice-presidente ainda não foi anunciado.

— É uma combinação entre os maiores partidos. Independentemente de ser relator ou de ser presidente, nosso trabalho vai ser em equipe. O gol não é fruto de um só jogador. A equipe são 11 e todos têm que jogar bola, ter o mesmo objetivo de trabalhar em equipe — disse Jucá.

Apesar de dizer que sua intenção era ocupar a relatoria, Romário destacou a importância de presidir uma comissão, principalmente quando se trata da presidência da “CPI do futebol”, esporte tão impor-

tante no Brasil. O senador disse que, se trabalhar de maneira séria, a CPI pode modernizar o futebol brasileiro.

— O mais importante é que eu estou 100% preparado para encabeçar uma mudança definitiva no nosso futebol.

A próxima reunião da comissão está marcada para depois do recesso parlamentar, em 4 de agosto. Até lá, Romário e Jucá discutirão o plano de trabalho do colegiado. Uma reunião entre eles está

marcada para hoje.

Questionado sobre nomes que pretende investigar, Romário citou os ex-presidentes da CBF Ricardo Teixeira, que está sendo investigado pela Polícia Federal, e José Maria Marin, preso desde maio na Suíça acusado pela Justiça americana de ter recebido subornos em território americano. Romário também citou o atual presidente da CBF, Marco Polo Del Nero. Ele também pretende pedir

quebra de sigilo.

— O trabalho passa por abrir o sigilo da CBF, de federações, de clubes, de dirigentes, de presidentes. Esse é o papel da CPI. Quanto a mim, vou tentar fazer [o trabalho] da melhor forma possível — disse Romário, que não descarta a possibilidade de que a CBF tente blindar as investigações.

Tanto Romário quanto Jucá confirmaram que pretendem pedir colaboração no exterior, especialmente do FBI. Para Jucá, os responsáveis por irregularidades precisam ser punidos, mas esse não é o único objetivo da comissão.

— A CPI vai investigar quem precisar investigar. Mas o resultado da CPI não é só investigar. O resultado da CPI tem que ser propositivo. Nós temos um desafio: esta CPI tem que enquadrar quem cometeu algum tipo de crime. Mas não basta isso. Temos que melhorar o futebol brasileiro — disse o relator.



Romário, eleito presidente da CPI da Confederação Brasileira de Futebol

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Wellington aponta agronegócio como arma internacional

Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou, na segunda, que o agronegócio é uma grande arma de que o Brasil dispõe no cenário mundial. Ele relatou visita que fez, com comitiva do Ministério da Agricultura, ao Japão e à Rússia em junho para ampliar a participação do Brasil nesses dois importantes mercados.

Segundo Wellington, o comércio da carne brasileira com o Japão e do leite em pó com a Rússia foi um dos assuntos mais importantes da viagem. Ele também mostrou confiança com o aumento da produção pecuária e com a ampliação das projeções da safra de grãos para este ano.

— Se existe um caminho seguro para contornar a crise econômica, esse caminho é o da produção — disse.



Alcineia Moritz/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burl  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário tem 13 projetos da reforma política em pauta

Nove textos apresentados pela comissão que analisa o tema entraram ontem em regime de urgência, somando agora 13 propostas com prioridade, além de uma PEC. Comissão aprovou três projetos

O SENADO PODE votar hoje 13 projetos apresentados pela Comissão da Reforma Política. Quatro já estavam na ordem do dia em regime de urgência e ontem o Plenário aprovou que outros nove também serão votados com prioridade. Das 13 propostas, três foram aprovadas ontem pela comissão. Há ainda uma proposta de emenda à Constituição.

Um dos projetos reparte o tempo da propaganda eleitoral gratuita de acordo com o tamanho das bancadas dos partidos na Câmara. A comissão decidiu seguir o que já foi aprovado pelos deputados. Assim, os horários reservados à propaganda em cada eleição seriam divididos da seguinte forma: 5% do tempo distribuídos igualmente entre os partidos e 95% proporcionais ao número de representantes eleitos para a Câmara nas eleições anteriores.

Outra proposta aprovada trata do que não pode ser considerado propaganda antecipada e assim ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet.

De acordo com o texto, por exemplo, não é propaganda antecipada a divulgação do posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais.

O relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que essa regra vai trazer mais igualdade nas campanhas eleitorais.

— Quem não pode dizer que é candidato e não pode agir são os concorrentes que são impedidos e fiscalizados. Além disso, muitas vezes são multados pela Justiça Eleitoral — esclareceu Jucá.

## Cabos eleitorais

Os senadores aprovaram ainda o projeto que disciplina a contratação de pessoas pelos partidos políticos e pelas campanhas eleitorais.

Segundo a proposta, os recursos do Fundo Partidário podem ser usados na manutenção das sedes e serviços do partido. Para o pagamento de pessoal, o limite deve ser de 70% do total recebido. Além disso, a contratação de pessoal não gera vínculo empregatício.

Jucá está otimista para a votação em Plenário antes do recesso.

— A ideia é que amanhã [hoje] nós façamos o cotejamento de textos com o já aprovado pela Câmara e a partir da tarde tenhamos condições de votar uma boa quantidade de projetos da reforma política — explicou o relator.

A Comissão da Reforma Política encerrou as atividades do semestre e retomará as reuniões em agosto.

Dois temas considerados mais polêmicos ficaram para o segundo semestre. Um deles é a proposta de emenda à Constituição que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais, por qualquer meio de comunicação, sete dias antes do dia das eleições. A sugestão foi apresentada por Romero Jucá, com o apoio de vários outros senadores, mas Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) alertou para os riscos de aprovar a mudança na Constituição.

— As pesquisas são divulgadas no mundo inteiro. Que país é este que acusa a priori os institutos de pesquisa de manipulação? Que país é esse cujos candidatos têm medo de instituto de pesquisa? — questionou.

Os senadores deixaram para agosto a discussão sobre o modelo de financiamento das campanhas e dos partidos políticos. A ideia da comissão é aguardar o que a Câmara vai aprovar sobre o assunto para buscar um entendimento com os deputados federais.

Conheça os 13 projetos:  
<http://bit.ly/urgenciareforma>



Gerardo Magela/Agência Senado

Redução do tempo para alimentação do empregado deve ser abordada

## Audiência discute intervalo para descanso do trabalhador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) faz hoje audiência sobre projeto de lei (PLS 8/2014) de Blairo Maggi (PR-MT) que permite a redução nos intervalos de descanso e alimentação dos empregados quando isso se der por meio de acordo ou de convenção coletiva.

A proposta está em análise na comissão e recebeu dois relatórios, um pela aprovação e outro pela rejeição.

A reunião atende requerimentos de Paulo Paim (PT-RS), Ângela Portela (PT-RR), que apresentou relatório pela rejeição do projeto, e Ana Amélia (PP-RS), que defende a aprovação do texto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

A reunião deverá contar com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins Júnior, o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Antonio Oliveira Santos, além de representantes indicados pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

## Debate aborda qualidade da telefonia móvel no Brasil

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove audiência amanhã, às 9h, para debater a qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas.

Estão convidados o superintendente de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações, Roberto Pinto Martins, e o presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Eduardo Levy. A coordenadora do Departamento de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Maria Inês Dolci, e o diretor-geral do Procon-DF, Paulo Marcio Sampaio, também constam da lista de debatedores.

O Ministério das Comunicações deve enviar um representante para a audiência, que foi proposta por Hélio José (PSD-DF). Ele aponta que a telefonia móvel teve

crescimento tão expressivo que passou a ser serviço essencial. O senador pondera que, a despeito dos investimentos efetuados no setor, “é notório que a população está insatisfeita com a qualidade dos serviços prestados”.

Hélio José ainda lembra que, em maio de 2014, foi realizada uma audiência pública conjunta da CCT com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar do funcionamento da telefonia celular no país. Passado um ano do evento, diz, “é preciso revisitar a questão” para saber o que efetivamente foi feito para melhorar as condições oferecidas aos consumidores de telefonia móvel e discutir novas soluções para os problemas ainda existentes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Pedro França/Agência Senado

Providências para melhorar serviço das operadoras serão discutidas na CCT



Gerardo Magela/Agência Senado

Os senadores Jorge Viana e Romero Jucá falam aos colegas durante reunião de ontem da Comissão da Reforma Política

## Plano de trabalho reúne textos de interesse da mulher

A Comissão Mista Permanente de Combate à Violência Contra a Mulher apresentou ontem o plano de trabalho para os próximos anos. O objetivo do colegiado é aprofundar as investigações sobre a violência de gênero, além de cobrar a aplicação da lei.

Os integrantes da comissão também devem se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para pedir urgência na vota-

ção de projetos que surgiram a partir da CPMI de Violência Contra a Mulher. A presidente da comissão, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), lembrou que essas propostas foram apresentadas há dois anos.

— A ideia é vermos quais desses projetos a comissão deseja levar adiante e, com isso, colocá-los em votação já no mês de agosto — explicou.

A comissão também aprovou uma moção de repúdio

contra ofensa à presidente Dilma Rousseff em adesivos de conteúdo desrespeitoso. A relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), disse que divergências políticas não podem se transformar em violação dos direitos da pessoa.

— Uma questão política não pode se transformar numa violência simbólica contra a mulher e principalmente quando essa mulher é a presidente da República — afirmou.

De acordo com deputado Paulo Pimenta, pendências impedem análise imediata da proposta. Presidente da Comissão de Orçamento, porém, quer decisão logo

# Líder do governo quer votação da LDO em agosto

O DEPUTADO FEDERAL Paulo Pimenta (PT-RS), escolhido líder do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), pediu ontem que a votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 (PLN 1/2015) fique para a primeira semana de agosto.

De acordo com ele, existem questões que precisam ser resolvidas antes, como o pagamento de emendas parlamentares individuais e a análise sobre emendas específicas para alterar a meta de superávit primário.

— Vamos deixar a LDO para a primeira semana de agosto e votar como fruto desse ambiente [de diálogo entre base e oposição] — defendeu Paulo Pimenta.

A proposta foi criticada pela presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), e por outros



A senadora Rose de Freitas preside a reunião da Comissão Mista de Orçamento, que analisa a proposta da LDO de 2016

parlamentares.

— A sociedade não aceita recesso branco sem que nós cumpramos as nossas metas de trabalho — argumentou.

De acordo com a Constituição, o recesso legislativo do meio do ano, que vai de 18 a 31 de julho, só pode começar

depois da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O relator da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), reclamou da falta de diálogo do governo com os relatores:

— Não vamos tomar essa

decisão sem conversa prévia. Acho temerário.

## Esporte

A CMO aprovou ontem um convite para que o ministro do Esporte, George Hilton, preste esclarecimentos sobre a Lei de Incentivo ao Esporte

(Lei 11.438/2006) no período de 2010 a 2014.

De acordo com o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), os recursos do ministério estão sendo destinados prioritariamente para incentivar estados do Sul e Sudeste.

— Por que o ministério está favorecendo o centro-sul do país? A lei é clara para dizer que as comunidades carentes em geral devem ser favorecidas — reclamou.

A comissão também aprovou em bloco itens acordados durante a reunião de líderes, como o relatório anual de 2012 da avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil de 2012 a 2014 e relatórios gerenciais trimestrais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 2013 e 2014.

(Da Agência Câmara)

## Indicação para diretor da CVM vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o nome de Gustavo Rabelo Tavares Borba para diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A indicação recebeu 22 votos favoráveis e nenhum contrário e vai agora para análise do Plenário.

Durante a sabatina, Gustavo Borba destacou que uma das principais tarefas da CVM é garantir as condições de igualdade para que todos os investidores tenham acesso às informações.

— Com todos os investidores tendo acesso às mesmas informações, o mercado se torna mais justo e as pessoas podem aplicar em igualdade de condições. A CVM deve garantir a transparência e evitar a circulação de informações privilegiadas — afirmou o indicado.

O indicado lembrou que as empresas de capital aberto “transitam numa tensão constante entre sigilos e divulgação”.



Gustavo Borba fala à Comissão de Assuntos Econômicos, ao lado de Delcídio

Por isso, ressaltou, sempre que houver a iminência de vazamento de informações importantes, a companhia tem a obrigação de divulgar ao mercado.

— Todas as medidas têm que ser feitas com ponderação e eficiência. É claro que a aplicação envolve riscos, é algo natural, mas o que deve ser evitado é o risco decorrente de deturpações, de fraudes e de manipulação do mercado.

Gustavo Borba é bacharel em direito e mestre em direito comercial pela PUC-Rio. Além de atuar na área acadêmica, é procurador do estado do Rio

de Janeiro desde 2000.

Ocupa, desde 2007, o cargo de procurador regional da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e é sócio do escritório Borba Advogados Associados desde 2001, pelo qual exerce a advocacia com foco em questões empresariais, principalmente na área societária.

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, cuja tarefa é fiscalizar e normatizar o mercado de capitais. A entidade foi criada em 1976. O comando é colegiado, composto de um presidente e quatro diretores.

## Comissão debate entraves na concessão de portos

Amanhã a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) fará audiência pública para tratar dos entraves ao programa de concessão de portos do governo federal. O debate deverá contar com a presença do ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo. A reunião atende a solicitação do senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Segundo lembrou Wellington, o programa de concessão está aguardando, desde outubro de 2013, a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). Por isso, a audiência também contará com a presença de Davi Barreto, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Aeroportuária, Hídrica e Ferroviária do tribunal.

— Não podemos perder de vista a importância do TCU.

Assim, precisamos ouvir o tribunal, que vai esclarecer as dificuldades para a regularização dos arrendamentos portuários, até mesmo para que possamos aprimorar a lei — afirmou o senador.

Wellington também ressaltou que o programa de concessões poderá ter uma importância estratégica para o país na busca de uma “agenda positiva”, num momento em que a economia registra queda de investimentos e aumento do desemprego no país.

Está prevista ainda, para a reunião, a presença do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mario Povia. Ele deverá falar aos senadores sobre a situação dos serviços portuários no país e da necessidade dos investimentos em infraestrutura para tornar a área mais dinâmica.

## Reguffe apresenta balanço dos primeiros seis meses de mandato

Reguffe (PDT-DF) fez um balanço de seus primeiros seis meses de mandato, salientando que cumpriu todos os seus compromissos de campanha. O senador informou que, desde o primeiro dia de mandato, determinou cortes de gastos em seu gabinete, o que permitiu uma economia de mais de R\$ 16 milhões aos cofres públicos.

Ele lembrou ter protocolado nove propostas de emenda à Constituição,



Waldeir Barreto/Agência Senado

incluindo a que proíbe tributação sobre remédios no Brasil, e 18 projetos, sendo 14 projetos de lei, três de resolução e um de decreto legislativo. Ao TCU, solicitou auditoria nos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal nos últimos quatro anos.

— E assinei, mesmo contrariando orientação do meu partido, pedidos de instalação das CPIs da Petrobras, do BNDES e dos Fundos de Pensão.

## Fátima pede aos Correios centro de encomendas internacionais no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu aos Correios que instalem um centro de tratamento internacional no Rio Grande do Norte. Segundo ela, hoje as encomendas internacionais feitas ou enviadas por moradores das Regiões Norte e Nordeste primeiramente são encaminhadas aos centros localizados no Sul e Sudeste para depois serem encaminhadas aos destinatários.

A senadora lembrou que o aumento do número de encomendas está relacio-



Waldeir Barreto/Agência Senado

nado à melhoria da renda das pessoas que vivem no Norte e no Nordeste. A escolha do Rio Grande do Norte vai reduzir custos de distribuição das mercadorias e agilizar a entrega.

— A instalação do centro dos Correios no Rio Grande do Norte, especificamente no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, vai colocá-lo no patamar de principal polo logístico da região, permitindo a atração de outros tantos investimentos.